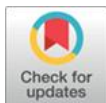


A formação política do professor da Educação Básica mobilizada pela formação dialética: aspectos da Alfabetização Didático-Científica



Luiz Carlos Marinho de Araújo 

Secretaria Municipal de Educação, Itamari, BA, Brasil

Resumo

Ataques à democracia, contexto antidialógico e desvalorização do professor marcam o cenário brasileiro nos últimos anos. Em vista disso, enxerga-se na expressão Alfabetização Didático-Científica uma possibilidade para mobilizar a formação política do professor da Educação Básica. Ante o exposto, trazem-se neste trabalho reflexões sobre a Alfabetização Didático-Científica de professores a partir da pesquisa realizada em municípios baianos, estando instigados pelo questionamento: de que forma o professor desenvolve a consciência política do estudante se ele próprio não tiver a sua formação política desenvolvida? Objetiva-se ampliar as discussões sobre a formação política do professor, tendo como base epistemológica o desenvolvimento da Alfabetização Didático-Científica no contexto da formação dialética. O *corpus* da pesquisa foi constituído com o questionário e analisado sob a Análise do Discurso *freireano*, que apontou a ausência do saber político no fazer pedagógico dos professores, evidenciando a necessidade de formações permanentes que instiguem a formação política articulada à Alfabetização Didático-Científica.

Palavras-chave

formação política; Paulo Freire; formação permanente; Educação Básica.

The political formation of the basic education teacher mobilized by dialectical formation: Aspects of didactic-scientific literacy

Abstract

Attacks on democracy, an anti-dialogical context, and the devaluation of teachers have marked the Brazilian landscape in recent years. Therefore, the term "Didactic-Scientific Literacy" is seen as a potential avenue for mobilizing the political education of basic education teachers. Given the above, this paper offers reflections on Didactic-Scientific Literacy among teachers, based on research conducted in municipalities in Bahia. These reflections are prompted by the question: how can teachers develop students' political consciousness if they themselves lack political education? The aim is to broaden discussions on teacher political education, using the epistemological basis of developing Didactic-Scientific Literacy within the context of dialectical education. The research corpus was compiled using a questionnaire and analyzed using Freirean Discourse Analysis, which highlighted the absence of political knowledge in teachers' pedagogical practice, highlighting the need for ongoing training that fosters political education linked to Didactic-Scientific Literacy.

Keywords

political education; Paulo Freire; permanent training; Basic Education.



La formación política del profesor de educación básica movilizada por la formación dialéctica: aspectos de la alfabetización didáctico-científica

Resumen

Los ataques a la democracia, el contexto antidialógico y la desvalorización del profesor marcan el escenario brasileño en los últimos años. Ante esto, se ve en la expresión Alfabetización Didáctico-Científica una posibilidad para movilizar la formación política del profesor de la Educación Básica. Ante lo expuesto, se traen en este trabajo reflexiones sobre la Alfabetización Didáctico-Científica de los profesores a partir de la investigación realizada en municipios bahianos, motivados por la pregunta: ¿de qué manera el profesor desarrolla la conciencia política del estudiante si él mismo no tiene su formación política desarrollada? Se pretende ampliar las discusiones sobre la formación política del profesor, teniendo como base epistémica el desarrollo de la Alfabetización Didáctico-Científica en el contexto de la formación dialéctica. El corpus de la investigación se constituyó con el cuestionario y se analizó bajo el Análisis del Discurso *freireano*, que apuntó la ausencia del saber político en la práctica pedagógica de los profesores, evidenciando la necesidad de formaciones permanentes que estimulen la formación política articulada a la Alfabetización Didáctico-Científica.

Palabras clave

educación política; Paulo Freire; formación permanente; Educación Básica.

1 Introdução

Na qualidade de profissional do magistério, o professor tem como compromisso desenvolver nos estudantes as habilidades intelectuais, a formação “[...] para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 91). Responsabilidade que tem exigido desse profissional um constante aprimoramento para lidar com as mais diversas situações emergidas nos espaços socioeducacionais, porém pouco se tem investido em ações formativas na perspectiva de instigar a formação política do professor da Educação Básica (Araújo, 2023; Tuckmantel, 2002). Esta circunstância pode estar impossibilitando que o professor desenvolva práticas pedagógicas articuladas às relações sociopolíticas do estudante em diferentes situações sociais, já que esse profissional não teve sua consciência político-pedagógica mobilizada.

A formação política do docente se faz necessária em virtude de o ato educativo não ser apolítico. “A partir desse pressuposto, infere-se que a educação é fundamentalmente um ato político na práxis” (Tuckmantel, 2002, p. 10), o que torna essencial compreendermos o quanto o fazer pedagógico de um professor pode se tornar uma prática pedagógica libertadora ou opressora, afinal “[...] não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica” (Freire, 2023, p. 43-44).

A politização do professor da Educação Básica, em destaque neste estudo, tem como possibilidade a sua inserção em formações permanentes com perfil dialético, apresentando-se contrária ao modelo hegemônico. Isto é, um modelo bancário de formação que não desenvolve a formação política, apenas o treinamento e a capacitação para o fazer pedagógico descontextualizado do contexto sociopolítico do professor. Este, por sua vez, atuando como um profissional que se mantém na função de técnico submisso às ações formativas que não promovem a sua libertação, apenas intensificam a sua opressão e silenciamento (Freire, 2005). Araújo (2023, p. 30) sinaliza que “[...] a formação dialética está respaldada pela ideia de que o professor [...] não é apenas um profissional técnico com necessidades formativas nas áreas técnico-pedagógica e científica, mas também um profissional/cidadão que carece de uma formação política”.

É evidente que o modelo de formação bancária não instiga a Alfabetização Didático-Científica do professor por se apresentar ainda em um modelo tradicional, distante das necessidades formativas, pedagógicas e políticas dos professores. “Nesse sentido, é preciso romper com os modelos tradicionais de formação, que desconsideram a realidade dos(as) professores(as) e se distanciam dela, e criar práticas de formação centradas [...] nas suas necessidades e dificuldades” (Soares, 2020, p. 154).

É inexistente o fomento da Alfabetização Didático-Científica do professor quando imerso em formações bancárias, tendo em vista que uma das características da Alfabetização Didático-Científica é a formação da consciência política que pode ser mobilizada com a inserção do professor em formações dialéticas (Araújo, 2023). “Em contraposição ao modelo de formação bancária, acredita-se que a formação dialética instiga a Alfabetização Didático-Científica do professor [...] a partir do diálogo com os seus” (Araújo, 2023, p. 27).

Construir-se enquanto um profissional docente alfabetizado didático-cientificamente exige a formação da consciência política de que seu fazer pedagógico é uma ação intencional e, portanto, política. Dessa forma, com este estudo, objetiva-se ampliar as discussões sobre a formação política do professor da Educação Básica, tendo como base epistemológica o desenvolvimento da Alfabetização Didático-Científica no contexto da formação dialética, em que, dentre suas características, está a formação política do professor como escopo de promoção da formação do estudante menos passivo e mais ativo (Marques; Reis, 2015).

Todavia, é preciso que o professor assuma uma função ativista nas circunstâncias sociopolíticas, exercendo sua postura cidadã, consciente e participativa. Nesse sentido, espera-se que o docente passe a desenvolver um fazer pedagógico com a intencionalidade de deslocar o “[...] aluno do papel de sujeito passivo – mero receptor – para um sujeito ativo” (Marques; Reis, 2015, p. 5). Nessa conjuntura, o professor precisa estar envolvido em movimentos formativos que desenvolvam sua formação política, a consciência crítica, o saber reflexivo e a investigação de seu fazer pedagógico. Estas capacidades podem ser aguçadas com sua inserção em formações permanentes com perfil dialético e o desenvolvimento da Alfabetização Didático-Científica.

2 Metodologia

A abordagem qualitativa se apresenta propícia à investigação, que visa a analisar os discursos e interações de participantes de uma pesquisa sem que os diversos contextos – social, histórico, cultural, econômico, político, educacional – sejam desvalorizados do fenômeno em investigação. Diante disso, “[...] compreendemos que todos os acontecimentos humanos são naturais, susceptíveis de serem analisados e compreendidos” (Vilela, 2003, p. 437). Isso respalda a escolha do estudo pela abordagem qualitativa, que “[...] se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (Lüdke; André, 2020, p. 14).

Entre as possibilidades de instrumentos para constituir o *corpus* da pesquisa, selecionamos o questionário montado no Google Forms, distribuído pelo aplicativo de WhatsApp para os professores que poderiam ser possíveis participantes da pesquisa. O questionário estava organizado em cinco questões, tendo o objetivo de traçar o perfil dos respondentes, a localização geográfica, a formação acadêmica, a atuação profissional, fazer a leitura de uma obra de Paulo Freire e discutir conceitos *freireanos* presentes no fazer pedagógico dos professores. Conseguimos alcançar a participação de 22 docentes, sendo eles de oito cidades do interior baiano.

A Análise do Discurso *freireano*, adotada como procedimento de análise, possibilitou uma análise dialógica que não considera os professores como “[...] simples ilustradores de dados [...]” (Araújo, 2023, p. 59). Para isso, fizemos uso das três fases de análise: “Conhecendo o material; codificando os dados e encontrando associações” (Araújo, 2023, p. 60; Alves, 2025, p. 136).

Na fase “conhecendo o material”, foi feito o *download* do questionário no formato de *Portable Document Format* (PDF), tendo sido as respostas organizadas de acordo com as cinco questões: “Cidade onde você mora?”; “Qual sua graduação?”; “Etapa de ensino em que atua?”; “Durante a graduação, você fez leitura de textos/livros de Paulo Freire?”; Dos conceitos apresentados por Paulo Freire, qual(is) você mais percebe em sua prática docente?”.

Com a fase “codificando os dados”, realizou-se a leitura na íntegra do material, identificando a localização geográfica, o perfil profissional e a relação deles com a obra de Paulo Freire. Por fim, relacionamos com os conceitos *freireanos* selecionados previamente para a pesquisa – diálogo, reflexão, criticidade, político, curiosidade, ideológico, autoridade e esperança. No entanto, o conceito “político” não foi sinalizado por nenhum professor, instigando a realização deste estudo respaldado pelo questionamento: de que forma o professor desenvolve a consciência política do estudante se ele próprio não tiver a sua formação política desenvolvida?

Na última fase, “encontrando associações”, estruturamos quatro categorias: o perfil dos professores participantes da pesquisa; a formação política do professor a partir das leituras críticas de Paulo Freire na licenciatura; a politização do professor da Educação Básica e suas relações com o fazer pedagógico; e os saberes *freireanos* no fazer pedagógico do professor. Dessas quatro categorias, trouxemos para este trabalho as três primeiras, em virtude de contemplar o objetivo do artigo. A quarta categoria será tratada em um trabalho posterior.

As três categorias serão apresentadas e discutidas na seção Resultados e discussão. Antes, traremos uma discussão na seção Olhar teórico, fazendo um diálogo com os autores que embasam este estudo, em especial a epistemologia *freireana*, que sublinha a não neutralidade do ato educativo e a necessidade de compreender a formação permanente do professor “[...] como um ato político, jamais como um *quefazer* neutro” (Freire, 2023, p. 68, grifo do autor).

Isto posto, trazemos Paulo Freire para dialogar com os resultados da pesquisa por identificar em sua obra reflexões necessárias para o fortalecimento da formação política do professor e suas relações com o fazer pedagógico, conceitos fundamentais na expressão Alfabetização Didático-Científica, fundamentada na relação entre o sujeito,

com o momento histórico, e o contexto sociopolítico (Araújo, 2023). O professor e o seu fazer pedagógico, portanto, não compõem uma ação apolítica.

3 Olhar teórico

De que forma o professor desenvolve a consciência política do estudante se ele próprio não tiver a sua formação política desenvolvida? Esse questionamento motivou a realização deste estudo por despertar preocupações acerca do modelo hegemônico de formação docente e outras inquietações sobre a atuação do professor, que tem como compromisso profissional promover a formação intelectual e cidadã do estudante. É certo que essa lacuna na formação docente não seria sanada apenas pelo seu “querer”, sendo preciso que este esteja envolvido em um contexto de formação permanente que mobilize a capacidade humana de politizar. Afinal, “[...] as pessoas são também produtos de suas circunstâncias, ainda que possam e devam interferir nelas” (Freitas, 1992, p. 3).

A formação do professor da Educação Básica, portanto, independe de sua “vontade”, sendo também necessárias ações formativas que instiguem a sua formação política para avançar em algumas convicções, como, por exemplo, de que os acontecimentos sociopolíticos já estão postos e que pouco ou nada pode ser mudado. Esta situação exige do docente uma resistência diária. Não uma resistência no sentido de opor-se às mudanças de paradigmas e de suas convicções político-pedagógicas, mas de resistir ao que já está impregnado no contexto formativo, de que ao professor basta apenas desenvolver as habilidades voltadas ao seu fazer pedagógico, descaracterizando o aspecto político-pedagógico das práticas pedagógicas.

É necessário que o docente resista e se envolva em movimentos favoráveis à sua formação como um profissional/cidadão consciente de seu papel político-pedagógico. Rego e Fontoura (2024, p. 2) sinalizam que é preciso que o professor caminhe:

[...] do lado reverso do que vem sendo proposto para a educação do nosso país. É criar situações e deslocamentos através do que fazem de nós. Em tempos atuais e repetitivos de desmonte na educação e descaracterização da formação docente, é necessário (re)existir. Por isso, faz-se essencial uma formação sólida para uma consecutiva contemplação dos direitos cidadãos.

Nessa perspectiva, solidificar a formação do professor é também uma oportunidade para fortalecer o exercício da cidadania, que está associada ao desenvolvimento da consciência política, compreendendo que seu fazer pedagógico tem um caráter político e que suas decisões didático-metodológicas apresentam uma relação

direta com a formação política do estudante. Assim sendo, se o professor tem a oportunidade de instigar ou inibir a formação política do educando, partindo da seleção dos objetos de conhecimentos/conteúdos, da definição dos objetivos e das opções metodológicas, ele moverá as habilidades que pretende desenvolver nos discentes, o que torna necessário ao professor conscientizar-se do caráter político de seu fazer pedagógico (Araújo, 2023; Fernandes, 2020; Freire, 2023; Thiengo *et al.*, 2022).

Nos últimos anos, tem-se percebido que a formação docente impacta diretamente a atuação do professor, despertando preocupações acerca do modelo de formação de que ele está participando, ou melhor, o modelo de formação que o professor está frequentando. Afinal, no modelo existente de formação docente, modelo bancário, o professor apenas frequenta os momentos formativos. Situação bastante diferente da formação dialética, que desperta no docente o querer participar, o envolvimento desde a construção até a execução das políticas de formação (Araújo, 2023). No processo de participação, de preferência na coletividade, o professor tem a chance de refletir sobre suas práticas pedagógicas e desenvolver suas habilidades intelectuais, pedagógicas e políticas. Desse modo, reforça-se a importância da formação permanente como uma estratégia propícia à qualificação do processo de ensino e aprendizagem. Para Cunha (2024, p. 434, grifo da autora):

A formação continuada sempre foi um tema muito estudado na linha de formação de professores. Isso se justifica pela importância desse espaço de formação e pela necessidade de reflexão a respeito dos caminhos que se deve tomar para que ela atinja seu objetivo, ou seja, levar os professores à reflexão e à inovação da prática em sala de aula, tendo em conta aquilo que vem sendo discutido nas pesquisas acadêmicas (universidades).

Nessa mesma direção, Freire (2023, p. 84/85) sublinha que “[...] a melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática [...]”. Alinhado a Freire (2023), Araújo (2023) aponta que, no cenário brasileiro, predominam dois modelos de formação permanente, o modelo bancário, ainda em maior quantidade, e o modelo dialético, em ascensão. Percebe-se que os dois modelos se distanciam nos objetivos de suas ações formativas. O modelo bancário tem como meta a formação “[...] conteudista, treinamento, habilidade técnica, centrada no formador/tutor, reprodução pedagógica, interesses capitalistas, colonizadora”. A formação dialética centra sua proposta curricular em “[...] temas sociopolíticos, reflexão da prática pedagógica, grupo de formação,

necessidades formativas do professor, investigação, trabalho colaborativo, habilidades argumentativas, pesquisa da própria prática, diálogo” (Araújo, 2023, p. 77).

Outro aspecto importante da formação dialética é a possibilidade de o professor desenvolver suas capacidades intelectuais, pedagógicas, investigativas, reflexivas e políticas a partir da Alfabetização Didático-Científica, reforçando a necessidade da formação permanente como uma estratégia para avançar no processo de qualificação do seu fazer pedagógico. Araújo e Justina (2023, p. 80) ressaltam que a Alfabetização Didático-Científica “[...] constitui-se como uma possibilidade à prática reflexiva”.

Nas discussões de Araújo (2023) acerca da Alfabetização Didático-Científica, é possível constatar que o professor, quando conscientizado de seu inacabamento humano, profissional e social, encontra na formação permanente caminhos para desenvolver suas habilidades enquanto um profissional em constante aprimoramento. Para o autor, a Alfabetização Didático-Científica “[...] é uma meta para que o professor [...] perceba o quanto suas práticas pedagógicas interferem diretamente no processo de qualificação do ensino e da aprendizagem, melhorando a formação conceitual e política dos estudantes” (Araújo, 2023, p. 191).

À vista disso, é válido destacar o quanto a formação dialética trazida por Araújo (2023) e defendida neste estudo mobiliza o saber reflexivo. Para isso, é imprescindível que o professor se envolva com a construção dos momentos formativos, saindo da posição de passividade e assumindo a autonomia formativa como um profissional consciente de sua inconclusão humana, formativa, pedagógica e política (Araújo, 2023; Freire, 2005). Nesta seção teórica, sobressaem-se os debates que fortalecem a relevância e a necessidade da formação permanente do professor como uma ação favorável à melhoria do ato de ensinar e que, por consequência, respalda a qualificação da aprendizagem dos estudantes e a formação política primeiro do professor e, por consequência, a do estudante. Com isso, entendendo que a formação do professor não se distancia de sua atuação profissional e cidadã, tendo em vista que:

[...] não há como separar o educador e a educadora de sua formação. Esses não se fazem sozinhos, nem se fazem por acaso. Eles se fazem na sociedade e pela sociedade, ou seja, eles se constroem na sua prática diária somada à formação recebida para e na sua prática de educador e educadora (Backes, 1999, p. 26).

No contexto atual, evidencia-se a urgência de o professor alfabetiza-se didático-cientificamente como uma possibilidade para o desenvolvimento da sua

criticidade, curiosidade, autonomia pedagógica e formativa e formação política, assim assumindo-se enquanto um profissional/cidadão consciente de seu papel no processo de transformação da sociedade a partir de sua própria transformação e da evolução dos seus estudantes. Bem destaca Freire (2023, p. 85):

[...] como pode a educadora provocar no educando a curiosidade crítica necessária ao ato de conhecer, seu gosto do risco, da aventura criadora, se ela mesma não confia em si, não se arrisca, se ela mesma se encontra amarrada ao 'guia' como que deve transferir aos educandos os conteúdos tidos como 'salvadores'?

Em síntese, é certo afirmar que a formação permanente estruturada pelo modelo dialético mobiliza a Alfabetização Didático-Científica do professor, e este instiga seus estudantes a assumirem o papel ativo na sua aprendizagem, deixando de ser um estudante/cidadão neutro nas mais diversas situações que emergem em sua cotidianidade, ou seja, cumprindo-se, então, o objetivo deste estudo: ampliar as discussões sobre a formação política do professor da Educação Básica, tendo como base epistemológica o desenvolvimento da Alfabetização Didático-Científica no contexto da formação dialética.

Diante do exposto, enxergamos um desafio histórico no campo formativo do professor: a sua formação política, que demanda o desenvolvimento da consciência crítica, da curiosidade epistêmica, da inovação nas práticas pedagógicas conscientizando-se de que o seu fazer pedagógico não é neutro (Freire, 2023), mas sim carregado de intencionalidade. Isto é, que tem em sua atuação no ato educativo a certeza de que, no processo de ensino e aprendizagem, os sujeitos precisam não apenas ler e escrever (decodificar), sendo exigida uma alfabetização política do professor e do estudante para atuarem frente ao cenário antidemocrático e antidialógico que o Brasil viveu nos últimos anos. Essa realidade pode estar relacionada ao modelo de formação que o país tem oferecido aos professores, com “pacotes formativos” que não mobilizam a formação política do docente, como fica explícito nos resultados que serão apresentados e discutidos na próxima seção.

4 Resultados e discussão

Para esta seção, trouxemos os resultados de uma pesquisa realizada em 2023, com professores da Educação Básica, contemplando municípios do interior baiano. A partir desse dado, preferimos trazer uma discussão centrada no professor da Educação

Básica, e não em uma etapa específica, conforme veremos na primeira categoria – Perfil dos professores participantes da pesquisa. Na segunda categoria – A formação política do professor a partir das leituras críticas de Paulo Freire na licenciatura –, veremos a presença do filósofo e educador brasileiro na formação inicial do professor. Na terceira categoria – A politização do professor da Educação Básica e suas relações com o seu fazer pedagógico –, fazemos uma reflexão tendo como base a formação política do professor da Educação Básica. Tendo em vista que o conceito “político” não foi sublinhado pelos professores como um dos conceitos utilizados em seu fazer pedagógico, despertou-se o interesse de discutir a temática “formação política do professor” na Educação Básica.

4.1 Perfil dos professores participantes da pesquisa

Esta pesquisa contemplou 22 professores da Educação Básica que atuavam nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. São profissionais que exercem sua função na rede pública de ensino na esfera municipal e estadual, tendo em vista que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são de responsabilidade dos municípios, pois “[...] os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar” (Brasil, 1988, p. 92), sendo o Ensino Médio de responsabilidade do estado (Brasil, 1988, 2017).

São professores das cidades de Apuarema (1), Gandu (12), Ipiáu (1), Itagibá (3), Jequié (1), Nova Ibiá (1), Wenceslau Guimarães (1) e Piraí do Norte (2), totalizando nove cidades baianas; 15 professores são graduados em Pedagogia, cinco não informaram o curso de licenciatura e dois não tinham graduação na época da pesquisa. Dos 22 professores, sete atuavam na Educação Infantil, 15 no Ensino Fundamental¹ e um no Ensino Médio.

A graduação predominante foi Pedagogia, com 15 professores, confirmando o que os estudos têm evidenciado, a predominância do curso de Pedagogia como uma licenciatura para a atuação na Educação Básica (Gatti, 2014; Gatti; Nunes, 2009; Scheibe; Aguiar, 1999), conforme assegurado também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, no artigo 64: “A formação de profissionais

¹ Na questão relacionada ao total de professores atuantes da Educação Básica totaliza 23 por um professor tem a carga horária de 40h, atuando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

de educação [...] será feita em cursos de graduação em Pedagogia [...]” (Brasil, 2017, p. 43).

Mesmo não sendo objetivo deste estudo apresentar uma discussão sobre o curso de Pedagogia, é válido trazer uma breve reflexão a respeito, tendo em vista que os dados evidenciaram a prevalência do curso de licenciatura para os professores atuantes na Educação Básica. Sendo alvo de muitas críticas pelas lacunas identificadas na estrutura do curso de Pedagogia, ao longo da história o curso vem conseguindo avanços em algumas áreas e mantendo algumas características de origem. Exemplo disso é a ideia de treinamento, ou seja, preparar o professor pedagogicamente para atuar na sala de aula. “O curso de Pedagogia foi criado no Brasil como consequência da preocupação com o *preparo de docentes* para a escola secundária” (Scheibe; Aguiar, 1999, p. 223, grifo nosso). Percebe-se que a visão hegemônica do curso de Pedagogia está na estratégia de preparar o professor no seu fazer pedagógico, realidade bastante criticada na atualidade; percebemos que essa visão tem suas “raízes” na criação do curso.

Nessas reflexões históricas, nota-se que, no período de institucionalização do curso de Pedagogia, predominava a formação bancária, centrada no treinamento do professor para atuar em sala de aula. Como destaca Araújo (2023, p. 87), “[...] o professor como técnico-pedagógico”, isto é, aquele que adquire as habilidades pedagógicas para executar em suas aulas. Para o autor, a formação com o perfil bancário “[...] tem, de alguma forma, mantido o silenciamento do professor” (Araújo, 2023, p. 88), sendo esse o reflexo dos “pacotes” formativos denunciados por Freire (2023, p. 85) como uma alternativa para manter a propagação do poder elitizado. “Esta forma autoritária de apostar nos pacotes e não na formação científica, pedagógica, política do educador e da educadora revela como o autoritarismo teme a liberdade, a inquietação, a incerteza, a dúvida, o sonho e anseio pelo imobilismo”.

Estas breves discussões sobre o curso de Pedagogia reforçam a necessidade dos debates sobre a formação política do professor, temática central deste estudo, que enxerga na Alfabetização Didático-Científica possibilidades para a formação política do professor mobilizada pela formação dialética com práticas de leitura que instiguem a consciência política. Dessa forma, o docente poderá desenvolver sua criticidade e

curiosidade epistêmica, suscitando neste processo a oportunidade de avançar para uma atuação ativista por intermédio da leitura crítica.

De acordo com Gadotti, Freire e Guimarães (1995, p. 86), “[...] a leitura crítica implica, para mim, basicamente, que o leitor se assume como sujeito inteligente e desvelador do texto”, realidade discutida na próxima categoria ao apontar a relevância de Paulo Freire na formação permanente do professor como um profissional/cidadão consciente de seu papel sociopolítico.

4.2 A formação política do professor a partir das leituras críticas de Paulo Freire na licenciatura

Com a apresentação e análise do perfil dos professores, fica evidente que uma das estratégias para a formação política do professor reside no hábito da leitura crítica, superando o papel de leitor acrítico. Segundo Gadotti, Freire e Guimarães (1995, p. 86), “[...] o leitor não-crítico [sic] funciona como uma espécie de instrumento do autor, um repetidor paciente e dócil do que lê”. Estaria então o professor silenciado em seu fazer pedagógico, que, por si só, é repleto de intencionalidade política, visto que não se pode desconectar o político do pedagógico, nem o pedagógico do político (Araújo, 2023; Freire, 2023; Gadotti; Freire; Guimarães, 1995; Tuckmantel, 2002). Nesse sentido, não dá para separar o professor enquanto um profissional de suas ações no exercício da sua cidadania.

Essa realidade, portanto, exige do professor uma formação política que tenha entre suas características a consciência crítica, o desenvolvimento do saber reflexivo e a investigação do seu fazer pedagógico como possibilidades de avançar da função passiva em suas relações escolares e extra-ambiente escolar. Para tanto, a leitura crítica assume uma função primordial no processo de formação política e no desenvolvimento da criticidade do professor. “Exige em primeira ordem a interpretação crítica do entorno, do mundo no qual o sujeito está inserido e deve participar ativamente para sua construção/transformação” (Santos; Gusmão, 2023, p. 309).

Temos percebido, contudo, nas reflexões apresentadas até então, que o modelo de formação permanente no qual o professor está inserido tem grande influência na sua formação política, ou seja, não teremos professores politizados, críticos, ativistas enquanto frutos de formações bancárias que centram suas propostas formativas no

treinamento e aquisição de habilidades do fazer por fazer. Defendemos uma formação dialética que articule a formação política e a formação pedagógica do docente, sem que este assuma uma postura de silenciamento diante de suas próprias necessidades enquanto um profissional em constante transformação.

Como dado para esta categoria, temos os resultados da quarta questão: “Durante a graduação, você fez a leitura de textos/livros de Paulo Freire?”. A pergunta tinha como objetivo identificar a presença ou ausência de leituras na graduação que tivessem como base epistemológica a obra de Paulo Freire. Tal objetivo estava articulado à ideia de que Freire foi um defensor da formação política do sujeito como um parâmetro para que o professor perceba o quanto o seu fazer pedagógico está carregado de intencionalidade política, de maneira que “[...] não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação” (Freire, 2023, p. 55).

Na pesquisa, 86,4% de professores sinalizaram a realização de alguma leitura de Paulo Freire durante o curso de graduação. Tal realidade reforça a presença de Paulo Freire na formação do professor na esfera brasileira, seja na formação inicial ou na formação permanente. Respaldados em Araújo (2023), defendemos a formação permanente como ações formativas de que o professor participa após a conclusão do curso de licenciatura, sem desvalorizar a formação inicial. A formação do docente é um processo permanente; um movimento contínuo que não se inicia nem se finaliza com a conclusão da licenciatura.

Santos e Gusmão (2023) e Tuckmantel (2002) apontam em seus escritos a existência do educador e patrono da educação brasileira Paulo Freire em diferentes esferas da formação do professor. Isso torna relevante este estudo ao contribuir com a divulgação dos resultados de uma pesquisa realizada com docentes da Educação Básica, que assegura a presença marcante e necessária de Paulo Freire na formação permanente do professor.

O referido educador tem, nos últimos anos, em especial na gestão 2023-2026, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retomado seu lugar de patrono da educação brasileira; o chefe de Estado vem consolidando-se como um apoiador de diversos movimentos a favor da democracia, valorização do professor e respeito à diversidade. Tais movimentos se intensificam em virtude de, na gestão 2019-2022, do

ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, ter predominado a censura à democracia e o antidialógico, instigando o desrespeito e a desvalorização do professor, de forma que o cenário brasileiro ficou impossibilitado do diálogo, da participação e do envolvimento dos cidadãos nas mais diferentes situações sociopolíticas em que muitos de seus direitos foram negados (Araújo; Justina, 2025).

O contexto político-educacional de 2019-2022 reforçou a necessidade da formação política do professor articulada à Alfabetização Didático-Científica, uma alfabetização que promova “[...] nos alfabetizados a assunção da cidadania [...]” (Freire, 2023, p. 53), cidadania que não se faz sem participação, com silenciamento, com passividade, sem diálogo. De acordo com Araújo e Justina (2025, p. 205), “[...] o cenário político brasileiro, nos últimos anos, em especial de 2019-2022, tem exigido da classe docente e da comunidade acadêmica o compromisso de ensinar conteúdos curriculares e promover a politização dos estudantes”. É preciso destacar, contudo, que pouco ou nenhuma chance teremos de ter estudantes politizados estando o professor imerso em políticas públicas de formação bancária que não desenvolve a politização do professor.

É ilusório acreditar que, mesmo com a porcentagem de 86,4% de professores que leem Paulo Freire, eles tenham a sua formação política, a consciência crítica e a curiosidade epistemológica aguçadas. É preciso que, além das leituras, o docente esteja aberto às possibilidades, compreenda o ato político no seu fazer pedagógico e principalmente queira passar pelo processo de transformação, que deve ser contínuo. Para isso, é preciso uma leitura crítica, como pontuado acima, uma leitura que promova transformação, reflexão, atuação, mudança de atitudes sociopolíticas e pedagógicas.

Nessa perspectiva, cabe apontar que não basta ler Paulo Freire ou reproduzir um de seus inúmeros pensamentos; isso é verbalismo, sem uma mudança de comportamento. “[...] Não basta o discurso, é preciso testemunhar o que se fala, ou seja, a fala só é legitimada por meio do exemplo concreto” (Pontes; Di Giorgi, 2020, p. 123), ou melhor, a leitura não atingiu seu objetivo, que é tornar o sujeito consciente, crítico, ativista e participativo. Para isso, o professor/cidadão precisa “[...] se entregar de forma crítica, crescentemente curiosa” (Freire, 1996, p. 20).

Dessa forma, a formação política do professor pode ser instigada pelo seu processo de Alfabetização Didático-Científica. Estar alfabetizado didático-cientificamente

instiga a capacidade de intervir de forma consciente tanto nas ações pedagógicas quanto no exercício da cidadania. Logo, estando certo de que sua intervenção não é neutra, muito menos apolítica.

Por outro lado, se *[sic]* faz necessário, neste exercício, lembrar que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão (Freire, 2023, p. 53).

Ao findar as reflexões sobre a presença de Paulo Freire a partir das leituras de suas obras pelos licenciados, é possível perceber que o brasileiro está presente no processo formativo do professor e que suas obras continuam contribuindo com a formação docente, tendo esses professores tido a possibilidade de se debruçar em livros e textos que o autor deixou em seu legado como uma das formas de denunciar o silenciamento, a passividade e a educação/formação bancária. A formação política, no entanto, só acontece se o professor deixar-se passar pelo processo de transformação pessoal, profissional e cidadã.

Para isso, acredita-se que a leitura crítica das obras de Paulo Freire tem se tornado uma alternativa favorável à libertação do professor, dando vez e voz aos docentes que, ao longo da história, foram colonizados pelos opressores, que temem manter seu poder e autoritarismo, suscitando o silenciamento do professor e, com isso, perpetuando-o quando este reproduz, em seu fazer pedagógico, práticas memorizadas durante o processo de treinamento adquirido nos pacotes formativos das formações bancárias.

Professores apolíticos não denunciam as mazelas do processo de ensino e aprendizagem. Em vista disso, ainda não está alfabetizado didático-cientificamente. Para tal fim, é necessário que o docente esteja preparado para denunciar e ir contra toda ação formativa e pedagógica que propague a submissão, o silenciamento, a passividade e a acriticidade. Com esse propósito, acredita-se que a formação política do professor pode ser mobilizada pelas formações dialéticas que tragam esse profissional para o centro de todo o seu processo formativo, criando mecanismos que mobilizem os saberes tão essenciais para o fazer pedagógico dos professores, como veremos na próxima categoria ao discutirmos a politização do professor e a ausência dos aspectos políticos no fazer pedagógico dos docentes da Educação Básica participantes da pesquisa.

4.3 A politização do professor da Educação Básica e suas relações com o seu fazer pedagógico

A base epistemológica *freireana* para alimentar nossas discussões nesta categoria é a obra *Política e educação* (Freire, 2023), tendo em vista que o nosso objetivo com esta categoria é promover uma reflexão acerca da importância e necessidade da formação política apontada por Paulo Freire (2023) ao defender a educação como ato político. Para isso, trouxemos para a discussão o conceito “político”, que não foi pontuado pelos professores participantes da pesquisa na quinta questão: “Dos conceitos apresentados por Paulo Freire, qual(is) você mais percebe em sua prática docente?”.

Os conceitos – diálogo, reflexão, criticidade, pesquisa, autonomia, curiosidade, político, ideológico, autoridade e esperança – presentes no fazer pedagógico do professor da Educação Básica são alguns dos conceitos *freireanos* que têm, nos últimos anos, estado presente em muitos estudos (Araújo; Justina, 2022; Pontes; Di Giorgi, 2020). No entanto, para este estudo, trazemos apenas reflexões acerca do conceito político que despertou inquietações sobre a formação política do professor da Educação Básica, culminando neste artigo ao identificarmos a ausência dos saberes políticos na prática dos professores participantes da pesquisa.

Identificamos aproximações entre os conceitos apontados por Freire (1996) e a expressão Alfabetização Didático-Científica (Araújo, 2023), tendo em vista que a formação política, o saber reflexivo, a criticidade, a curiosidade, o diálogo, a libertação das amarras formativas e pedagógicas que ainda estão presentes na formação e no fazer pedagógico do professor da Educação Básica são algumas das características da Alfabetização Didático-Científica, que: “[...] visa contribuir com o processo formativo do professor [...] embasado por uma formação libertadora, problematizadora, investigativa, capaz de despertar a consciência crítica do professor, a curiosidade epistemológica e a busca por novos conhecimentos” (Araújo, 2023, p. 191).

Em outro texto, Araújo e Justina (2025, p. 209) reforçam o quanto a Alfabetização Didático-Científica tem se tornado necessária, pois, nos últimos anos, o cenário brasileiro foi “[...] cercado pelo autoritarismo, negacionismo e desrespeito à diversidade humana, superabundando a antidemocracia e o antidiálogo”, conceitos tão importantes no processo de formação política do professor, que já não assume apenas a

responsabilidade com a aprendizagem cognitiva do estudante, mas também com a formação para a cidadania. Desse modo, é preciso ampliar as discussões acerca da formação política do docente, que dialoga com as diferenças e reflete sobre seu fazer pedagógico.

De fato, não teremos professores formados politicamente sendo estes acríticos e participantes de formações bancárias. Para Araújo (2023), o modelo de formação bancária está carregado de intencionalidade política de submissão, silenciamento, acriticidade e antialogicidade, aspectos que não contribuem para a formação política do professor. Ao contrário, forma sujeitos/profissionais com a consciência ingênua ao ponto de acreditar que seu fazer pedagógico é uma ação neutra e inexistente de intencionalidade política. Dessa forma, “[...] é pouco provável conseguir a criticidade dos educandos através da domesticação dos educadores” (Freire, 2023, p. 85).

Oposto a essa situação, Freire (2023) defende uma formação libertadora, democrática, coerente com o contexto dos atores do processo educativo, uma formação que promova a reflexão do professor acerca das relações sujeito-mundo (Freire, 2005), afinal o ato educativo é uma relação dialógica entre sujeitos, e não se faz no isolamento distante do contexto concreto dos participantes do processo, em especial dos professores e estudantes. O professor se apresenta cheio de saberes, limitações, possibilidades, desejos e desafios relacionados ao seu papel de educador progressista, que é um processo de conscientização de sua responsabilidade social e política que luta pela superação das amarras da opressão (Freire, 2021).

O professor progressista reconhece o papel político do seu fazer pedagógico. Ele tem a consciência de que suas práticas pedagógicas podem promover a formação política dos estudantes como também a passividade, de forma que os discentes se mantenham sujeitos acríticos e apolíticos, o que torna essencial entender que o seu fazer pedagógico é um movimento político, sendo necessário investir na formação política do professor da Educação Básica como um sujeito consciente de seu papel sociopolítico, e não apenas com as obrigações de promover o aprendizado cognitivo dos estudantes. Portanto,

[...] uma das questões essenciais no desenvolvimento pedagógico e na ação política refere-se à compreensão sobre a quem e por que é necessário desenvolver a educação e a participação política. Isto pode representar a ausência de imparcialidade educativa (Ghedin; Maciel, 2021, p. 1196).

Conscientizar-se do papel político da ação pedagógica torna o professor um profissional corresponsável pela transformação dos estudantes, assumindo seu compromisso sociopolítico com a comunidade na qual seus estudantes estão imersos. Assim, o professor se compromete com o processo de transformação do sujeito a partir do desenvolvimento humano mediado pelo ato educativo, que é político. Reforçando essas discussões, Ghedin e Maciel (2021, p. 1196) destacam que o docente passa a compreender a comunidade na qual ele:

[...] desenvolve seu trabalho, podendo contribuir com um processo de mudança individual e coletiva. Afugenta a chance de um posicionamento imparcial do professor em face de seu contexto histórico, ou seja, assumir-se como imparcial representa expressar a fobia de demonstrar seu compromisso genuíno.

A ausência dos aspectos políticos identificados na pesquisa e daqueles que motivaram as reflexões aqui apresentadas não está respaldada apenas no absentismo do conceito político, mas na impossibilidade de o professor desenvolver seu fazer pedagógico de forma que instigue os saberes que Freire (1996) ressalta como essenciais ao ato educativo e que são sinalizados pelos professores ao responderem à quinta questão. De fato, não teremos um fazer pedagógico que instigue a curiosidade, a reflexão e a autonomia dos estudantes sendo estes participantes de aulas planejadas e desenvolvidas por um professor apolítico.

Diante dessa realidade, surgem algumas inquietações: como pode o professor promover um ambiente dialógico em suas aulas que promova a criticidade, a investigação, a pesquisa, o desejo por querer mais, se ele próprio se cala diante das mais diversas situações sociopolíticas? É possível assumir-se enquanto um profissional politizado que compreende que seu fazer pedagógico está carregado de intencionalidades políticas, sendo o professor participante de políticas formativas que não mobilizam sua autonomia formativa e pedagógica? (Araújo, 2023; Freire, 2023; Ghedin; Maciel, 2021).

Essas duas questões não têm a intenção de obter resposta do leitor, a intencionalidade é promover uma reflexão acerca do quanto é necessário e urgente inserir o professor da Educação Básica em ações formativas que desenvolvam sua formação política, esta alicerçada pela capacidade de questionar o sistema político, propor mudanças nas políticas de formação no contexto nacional e, além disso, promover um ensino que instigue a criticidade, a autonomia e a participação dos seus estudantes.

Logo, enxergamos na Alfabetização Didático-Científica uma oportunidade de mobilizar a formação política do professor da Educação Básica, afinal, alfabetizado didático-cientificamente, o professor compreenderá que seu fazer pedagógico é um ato político e que através dele é possível promover um ensino menos memorista, elitizado, conteudista, descontextualizado, colonizador, que apenas se preocupa com a formação cognitiva do estudante e cumprimento das habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Estar alfabetizado didático-cientificamente é assumir-se enquanto um profissional consciente de seu papel cidadão e compreender que, por meio do fazer pedagógico, pode-se promover a autonomia ou a submissão dos seus estudantes.

Em conclusão, a politização do professor que tanto Paulo Freire defendia e que hoje nós, professores/pesquisadores, temos a possibilidade de perpetuar tal desejo era a de, através de reflexões que mobilizem ações, fomentar o desejo de querer mais. Um querer mais que está interligado com o modelo de formação existente no cenário brasileiro. Dificilmente reuniremos professores conscientes do papel político do seu fazer pedagógico participando de formação com perfil bancário que promove o treinamento, o acúmulo de conteúdos e a prática pela prática. Isso torna necessária a efetivação de políticas formativas com perfil dialético que propiciem a Alfabetização Didático-Científica do professor da Educação Básica como uma possibilidade de promoção da formação política.

5 Considerações finais

As considerações trazidas nesta última seção são reflexões que continuam o diálogo acerca da formação política do professor, evidenciando-se a possibilidade de sua concretização a partir da inserção em formação com perfil dialético que promova a Alfabetização Didático-Científica do professor da Educação Básica, que pode ser desenvolvida pela formação dialética, uma ação favorável à formação política do professor. A formação dialética caminha em sentido contrário ao modelo hegemônico. Afinal, “[...] a formação de professores/as no Brasil é marcada, historicamente, por remendos e moldes coloniais violentos para designar um tipo humano a ser formado” (Albino; Rodrigues; Dutra-Pereira, 2024, p. 2).

O diálogo abordado ao longo deste estudo foi motivado pela questão de pesquisa: de que forma o professor desenvolve a consciência política do estudante se ele próprio não tiver a sua formação política desenvolvida? Esse questionamento foi essencial para a confirmação de alguns movimentos importantes para a formação

política do professor como uma estratégia para nos esquivarmos de um ensino colonizador e carregado de intencionalidades opressoras, silenciosas e elitizadas. Uma das formas de promover a consciência política do estudante a partir da formação política do professor é a sua inserção em formações dialéticas.

Outra forma de promover a formação política tanto do professor quanto do discente é a realização de leituras críticas. Uma leitura que desperte a curiosidade epistêmica. Não uma leitura decodificada sem um processo de transformação pessoal. Ao finalizar a pesquisa, confirmamos a necessidade da leitura crítica que Paulo Freire defendia ao destacar que a leitura de mundo precisa ser compreendida como uma ação que precede a leitura da palavra (Freire, 2008). Essa compreensão ressalta o quanto é preciso entender que o professor, ao ingressar em formação permanente, traz consigo suas experiências, vivências e saberes, que carecem ser reconhecidos e valorizados para que ele passe a entender que seu processo de formação política não é um movimento distante de sua realidade sociopolítica.

Formar-se politicamente é perceber e denunciar as práticas emergidas em seu cotidiano, que estão silenciando a sociedade local, sua escola, seus colegas e os estudantes. Portanto, uma das características da consciência política do professor é a coragem de denunciar. Verdadeiramente, não alcançaremos a consciência política do estudante sem que a formação política do professor seja desenvolvida. Um profissional que denuncia, questiona, investiga, dialoga, participa e, principalmente, tem a consciência de que seu fazer pedagógico é uma ação política.

A formação política do professor da Educação Básica pode ser mobilizada pela Alfabetização Didático-Científica, que instiga sua participação em formações dialéticas. Logo, concluiu-se que o fazer pedagógico é intencional, carregado de intencionalidade de politizar os estudantes ou de promover um ensino que *apolitize*, silencie, promova a submissão e a não participação em questões sociopolíticas.

6 Referências

ALBINO, Â. C. A.; RODRIGUES, A. C. S.; DUTRA-PEREIRA, F. K. A formação docente em disputa política: as persistentes apostas curriculares neopragmatistas e neoconservadoras. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 9, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v9.e14103>

ALVES, D. T. *Diálogo entre saberes no Ensino de Ciências: a Astronomia Indígena na percepção de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental*. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2025.

ARAÚJO, L. C. M. “A gente precisava era de uma formação assim...”: a Alfabetização Didático-Científica do professor de Ciências no Ensino Fundamental - Anos Iniciais mobilizada pela formação em grupo. 2023. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023.

ARAÚJO, L. C. M.; JUSTINA, L. A. D. Alfabetização Didático-Científica de professores de Ciências do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. *Debates em Educação Científica e Tecnológica*, Vila Velha, v. 13, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36524/dect.v13i1.1715>

ARAÚJO, L. C. M.; JUSTINA, L. A. D. Alfabetização Didático-Científica do professor de Ciências e o contexto sociopolítico: princípios, percepções e epistemologia. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 12, n. 30, p. 205-228, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55028/pdres.v11i28.20372>

ARAÚJO, L. C. M.; JUSTINA, L. A. D. Saberes freireanos como mecanismos da Alfabetização Didático-Científica do professor de Ciências do Ensino Fundamental – anos iniciais. *Encontro Nacional de Didática Prática de Ensino*, Uberlândia, 2022.

BACKES, B. Formação política do educador e da educadora: um encontro com a história. *História da Educação*, Pelotas, v. 3, n. 6, p. 25-38, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30255> Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

CUNHA, M. B. Formação colaborativa de professores de Ciências na perspectiva da abordagem investigativa. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Chapecó, v. 15, n. 3, p. 433-452, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29327/2303474.15.3-11>

FERNANDES, F. *A formação política e o trabalho do professor*. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. *Política e educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREITAS, L. C. Em direção a uma política para a formação de professores. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 12, n. 54, 1992.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores par a educação básica licenciaturas. *Revista USP*, São Paulo, n. 100, p. 33-46, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46>

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (org.). *Formação de professores para o Ensino Fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas*, São Paulo: FCC/DPE, 2009. v. 29.

GHEDIN, E. L.; MACIEL, C. C. M. A formação política do professor: um olhar sobre a história. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 35, n. 75, p. 1175-1211, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/revedfil.v35n75a2021-53523>

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagem qualitativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2020.

MARQUES, A. R.; REIS, P. Ativismo coletivo fundamentado em investigação através da produção e divulgação de *vodcasts* sobre poluição ambiental no 8.º ano de escolaridade. *Da Investigação às Práticas*, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 5-21, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25757/invep.v7i2.131>

PONTES, T. P. A.; DI GIORGI, C. A. G. O lugar de Paulo Freire na formação e nos saberes dos professores. *Revista Devir Educação*, Lavras, v. 4, n. 1, p. 116-138, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30905/ded.v4i1.162>

REGO, F. C. N. A.; FONTOURA, H. A. O que sabemos sobre formar professores/as no contexto das disputas educacionais no Brasil?. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.86000>

SANTOS, W. C. S.; GUSMÃO, M. A. P. Freire e a leitura crítica: uma perspectiva emancipatória. *Com a Palavra, o Professor*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 22, 2023. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/CPP/article/view/974> 01 maio de 2025.

SCHEIBE, L.; AGUIAR, M. Â. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 68, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300012>


SOARES, M. P. S. B. Formação permanente de professores: um estudo inspirado em Paulo Freire com docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.1271>

THIENGO, L. C.; AVELAR, D. G. S.; OLIVEIRA, S. K. N.; SANTOS, F. L. S. A perspectiva freireana na formação de professores de Ciências Naturais: uma revisão de literatura. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 7, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v7.e8047>

TUCKMANTEL, M. M. *A formação política do professor do ensino fundamental: obstáculos, contradições e perspectivas*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VILELA, R. A. T. O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 431-466, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

Luiz Carlos Marinho de Araújo, Secretaria Municipal de Educação

 <https://orcid.org/0000-0003-4385-8093>

Pós-Doutorado em Educação em Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), doutor em Educação em Ciências e Educação Matemática pela mesma instituição e mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor pesquisador da Educação Básica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8599178079850125>

E-mail: marinhoaluz@hotmail.com

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho

Pareceristas *ad hoc*: Alessandro Carvalho Bica e Fabrício Oliveira da Silva

Como citar este artigo (ABNT):

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. A formação política do professor da educação básica mobilizada pela formação dialética: aspectos da alfabetização didático-científica.

Educação & Formação, Fortaleza, v. 10, e15390, 2025. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e15390>



Recebido em 04 de abril de 2025.

Aceito em 25 de maio de 2025.

Publicado em 06 de agosto de 2025.